

## Práticas tradicionais Kaingang: Gestação, parto e pós-parto

Yasmin dos Santos Sag s<sup>1</sup>

[yasmin\\_sagas@hotmail.com](mailto:yasmin_sagas@hotmail.com)

Universidade Federal de Santa Catarina

**Resumo:** A relação intercultural mais intensa entre os Kaingang e os não-indígenas iniciou-se com a ocupação dos territórios indígenas na primeira década do século XIX; os conflitos e as resistências não impediram a imposição de aldeamentos, mas tornaram essa política um fracasso ao fim do mesmo século. A presente pesquisa pretende abordar as mudanç as e permanências nas práticas tradicionais Kaingang nos períodos de gestação, parto e pós-parto. Foram utilizadas fontes primárias escritas e de história oral, presentes no acervo do Laboratório de História Indígena-LABHIN da UFSC. As entrevistas realizadas em períodos distintos e com mulheres de idades variadas, contam juntas histórias das práticas tradicionais e das mudanç as culturais, tendo em vista a dinâmica do próprio sistema cultural e inegavelmente pelo brusco contato desse sistema cultural com os não-indígenas.

**Palavras-chave:** Kaingang; Mulheres indígenas; Práticas tradicionais; Partos; Remédios do mato.

**Abstract:** The most intense intercultural relationship among Kaingang and non-indigenous was the occupation of the indigenous territories in the first decade of the 19th century. The conflicts did not prevent the imposition of settlements, but they made this policy a failure at the end of the same century. The present research aims at addressing the changes and permanencies in traditional Kaingang practices during periods of pregnancy, childbirth and postpartum. Primary sources such as written and oral stories from the collection of Indigenous History Laboratory (LABHIN) of UFSC were analyzed to the research. The interviews, which were conducted at different times and with women of varying ages, narrate both traditional practices and cultural changes, considering the dynamics of the indigenous cultural system and the sharp contact of this cultural system with the non-indigenous.

**Keywords:** Kaingang; Indigenous women; Traditional practices; Births; Bush remedies.

### Processo histórico: entre resistências e alianç as

Para compreender as mudanç as e as permanências nas práticas tradicionais observadas entre as mulheres Kaingang é preciso compreender igualmente a história deste povo. Estes indígenas foram, durante muito tempo, conhecidos como Coroados, nome dado pelos não-indígenas, devido ao corte de cabelo característico; o nome Kaingang são foi empregado a partir do século XIX e   o nome pelo qual se identificam atualmente. Os Kaingang são pertencentes a família linguística Já (Tronco Macro J ) e ocupam o território do planalto, nos

---

<sup>1</sup> Acad mica do curso Licenciatura e Bacharelado em História/UFSC. Bolsista de Iniciação Científica do Obeduc/ Capes/DEB/Inep.



estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que conta tradicionalmente com a presença da floresta ombrófila mista, onde predominam os campos e as matas de araucárias. Estas últimas importantíssimas pelo pinhão, base alimentar desses sujeitos<sup>2</sup>.

Em Santa Catarina principal foco desta pesquisa, os Kaingang somam cerca de 6.500 pessoas, distribuídas em cinco Terras Indígenas e uma Reserva<sup>3</sup>. O mapa abaixo apresenta a localização das Terras Kaingang.



**Fonte:** Elaborado por Carina S. de Almeida a partir da localização das Terras Indígenas Kaingang no Brasil da FUNAI e IBGE (2007). Acervo LAHIN/UFSC, 2013.

Os Kaingang impediram a ocupação de seus territórios pelos colonizadores até a primeira década do século XIX, período no qual as frentes de ocupação avançaram sobre os Campos de Guarapuava (1910) e Campos de Palmas (1939)<sup>4</sup>. É importante ressaltar que nestes períodos as fronteiras dos atuais Estados brasileiros eram outras. Segundo Brighenti:

2 BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. In NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012. pp. 49.

3 BRIGHENTI, Op. Cit. pp. 47.

4 Ibidem. p.50.

As regiões dos campos de Guarapuava e todo o oeste catarinense pertenciam   província de São Paulo até 1843, quando passou ao domínio de Paraná. Santa Catarina era constituída apenas pelo litoral e parte dos campos da serra acima, incluindo Lages. Os Campos de Palmas compreendiam todo o oeste catarinense<sup>5</sup>.

Mesmo em regiões distintas os conflitos acabaram interferindo nos demais territórios Kaingang, por conta da mobilidade deste povo. O avanço territorial que era uma estratégia do ponto de vista militar e econ mico acabou sendo ainda mais impulsionada com a fuga da família real ao Brasil<sup>6</sup>. É neste contexto que o Governo de D. João VI expede a Carta Régia 5/11/1808<sup>7</sup>, que não era nada menos que uma declaração de guerra a quem a carta se referia como bárbaros índios, os quais seriam responsáveis pelo despovoamento de fazendas “ao oeste da estrada real, desde a Villa da Faxina até a Villa de Lages”<sup>8</sup>.

Ainda durante a primeira metade do século XIX, ocorreram aproximações peculiares no oeste catarinense entre lideranç s Kaingang e o governo. Os caciques Vitorino Kond  e Estevão Ribeiro do Nascimento Veri foram contratados para auxiliar na defesa de fazendas e vilas que estavam sendo criadas nas regiões conquistadas, além de fornecerem mão de obra para abertura de estradas, construção de linhas telegráficas e fortalezas militares. É importante salientar que esses líderes índigenas nasceram e cresceram em aldeamentos, assim pode-se dizer que suas demandas eram diferentes dos índigenas dos campos, e seus interesses de boas relações com a província eram comerciais<sup>9</sup>. Os aldeamentos se deram em diferentes épocas nas diferentes regiões brasileiras, tendo o intuito de branqueamento, instrução ao trabalho e convertimento   f  católica<sup>10</sup>. Entretanto,

Ao final do século XIX a política de aldeamento foi considerada um fracasso devido a resistência índigena em aceitar a proposta e submeter-se. Com o advento da República e amparado na Lei n  601/1850 (Lei de Terras de 1850) o governo do Paraná criou algumas reservas no estado, dentre elas a TI Xapecó, em 1902. (...) os Kaingang permaneceram ignorados pelo Estado, não foram criadas áreas e as terras foram consideradas devolutas. Foi somente a partir de 1984 que esses toldos começaram a ser devolvidos aos Kaingang, processo que ainda não está concluído<sup>11</sup>.

5 Idem.

6 Idem.

7 A carta tem como título: Sobre os  ndios Botocudos, cultura e povoação dos Campos gerais de Coritiba e Guarapuava.

8 SANTOS, S lvio Coelho dos. A história do extermínio. In: SANTOS, S lvio Coelho dos.  ndios e Brancos no Sul do Brasil. Florianópolis: Edeme, 1973. p. 54.

9 BRIGHENTI, Op. Cit. p.51.

10 Ibidem. p.52.

11 Idem.



Outros aspectos socioculturais quanto ao povo Kaingang é a classifica o de sociedade socioc ntrica, que se divide em metades complementares, Kam  e Kairu, irmãos mitológicos nascidos da terra. Tal mito de origem divide desde a natureza, até a sociedade Kaingang, influenciando a organiza o social, os casamentos, as nomea es, as pinturas corporais e os rituais. Este povo se reconhece patrilinearmente, mas sua organiza o   matrilocal, ou seja, os filhos dos casamentos entre as metades opostas seguem a linhagem paterna. Entretanto, nas moradias construídas próximas umas das outras habitam mulheres com rela o de consanguinidade e homens com rela o de afinidade<sup>12</sup>.

### **Levantamentos acerca das práticas de parto: fonte escritas e de história oral**

Neste trabalho foram analisadas quatro entrevistas presentes no acervo do Laboratório de História Indígena-LABHIN da UFSC, sendo cinco mulheres indígenas de idades variadas e uma auxiliar de enfermagem, todas elas são ou já foram moradoras da Terra Indígena Xapecó. As entrevistas foram realizadas pelas pesquisadoras Ana Lúcia Vulfe N tzold<sup>13</sup> e Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi<sup>14</sup>, em períodos distintos e com mulheres referência na comunidade, que juntas contam a história das práticas tradicionais e das mudanças culturais decorrentes da dinâmica do próprio sistema cultural e inegavelmente pelo brusco contato desse sistema cultural com os não-indígenas. Concordo com a assertiva de Laraia, quando afirma que: “da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes,   necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema”<sup>15</sup>.

Um dos primeiros escritos sobre as práticas de parto Kaingang foi do engenheiro belga naturalizado brasileiro, Alphonse Mabilde, no período que esteve na província do Rio Grande do Sul em meados do século XIX. Este menciona que, de maneira geral, quando se reconhecia uma mulher como grávida, esta era tratada com maior rigor que as demais, ficando ao seu encargo carregar os maiores pesos, incluindo a lenha para o rancho dos homens. No que diz

---

12 TOMMASINO, Kimiye; FERNANDES, Ricardo Cid. Kaingang. 2001. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang> Acesso em: 20 out. 2015.

13 Etnohistoriadora, Professora Associada IV do Depto de História – UFSC, Coordenadora do Laboratório de História Indígena –LABHIN, coordenadora do Projeto: “Ensino, Saberes e Tradi o: elementos a compartilhar nas escolas indígenas da Terra Indígena Xapecó (SC)” financiado pela Capes.

14 Doutora em História Cultural pelo Programa de Pós-Gradua o em História da UFSC. Voluntária na Associa o Internacional de Conscienciometria Interassistencial/Conscious, em Foz do Iguaçu/PR.

15 LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p.101.



respeito à preparação para os partos, no período por ele observado, de 1836 a 1866, os homens deveriam construir para suas mulheres (ou no caso do cacique principal outro Kaingang designado para tal função) ranchos isolados nas extremidades dos alojamentos, e ali dentro posteriormente era feita a cama da mãe e do recém-nascido, que seria o chão coberto por folhas secas, segundo as práticas Kaingang. Quando o parto se aproximava as mulheres se retiravam sozinhas para seus respectivos ranchos, sendo assistidas por outras mulheres apenas para a reposição de água e lenha, mantendo o fogo sempre aceso<sup>16</sup>.

Mabilde destaca também que, caso fosse o primeiro parto da mulher, ela era orientada por uma das esposas mais velhas do cacique principal, que lhe explicava os procedimentos durante e após o parto. Apenas as esposas do cacique principal dispunham do ‘privilégio’, que seria a assistência de uma mulher velha de seu povo, para auxiliar do começo ao fim do parto, lhe suprindo com água, comida e lenha. Neste caso também a parteira era quem cuidava do umbigo do recém-nascido “com uma tala de taquara, igual a que usam para cortar cabelo – corta, depois de atado com um pedaço de embira (*Daphnopsis racemosa*) ou com um cordelzinho de tucum (*Astrocaryum tucuma*)”. Logo após a criança era levada a ‘água’ mais próxima para ser lavada em água fria, sendo em seguida trazida para o rancho, onde era colocada perto do fogo para secar-se. A parturiente também passava pelo mesmo processo de banho e secagem. As mulheres que tinham seus filhos de maneira solitária eram também as que cuidavam do umbigo do bebê, esperando após o parto a ajuda de outra mulher para lavar o recém-nascido<sup>17</sup>.

Outra diferença distinguia após o parto as mulheres do cacique principal e as demais. As primeiras permaneciam no rancho até a evacuação dos lóquios, enquanto as segundas no dia seguinte ao parto voltavam ao rancho, onde o restante das mulheres continuava a lhe auxiliar até seu completo restabelecimento<sup>18</sup>. Quando a menstruação regressava, as mulheres velhas tratavam de suprimir artificialmente o fluxo com o uso de uma erva, a qual o autor não conseguiu descobrir durante sua estada entre os Kaingang. Sabe-se apenas ser uma pequena planta trepadeira<sup>19</sup>.

É importante salientar que esta suspensão da menstruação não é exclusiva para mulheres que foram mães, mas um costume que inicia desde a puberdade quando as

---

16 MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul: 1836-1866*. São Paulo: IBRASA: [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 50-53.

17 MABILDE, Op. Cit. p. 50-53.

18 Idem.

19 Ibidem. 54-55.



adolescentes menstruavam pela primeira vez. Esse costume teria sido perdido quando os Kaingang foram aldeados e passaram a usar roupas, segundo Mabilde “estando os aldeamentos localizados no mesmo sertão, onde nasce e vegeta a planta que usavam, uma vez aldeadas não se lembram mais ou, então, entendem ser desnecessário continuar com aquela aplica o”<sup>20</sup>.

Posteriormente, o etnógrafo paranaense Telêmaco Borba observou os partos entre as Kaingang do seu estado durante a segunda metade do século XIX (1863-1908). Em seu breve relato sobre o tema assim se refere:

Quando se sentem próximas de dar   luz, se   de dia, vão ao matto com uma companheira; logo depois do parto entram na agoa dos arroios, lavam-se com o recém-nascido e vão para seos ranchos, onde continuam a tratar de seos misteres, como se nada lhes houvesse acontecido<sup>21</sup>.

As entrevistas infra citadas foram realizadas com mulheres do oeste catarinense e ora se equiparam ora se diferenciam das práticas descritas nas fontes escritas. Dona Emília Pacífico, nome indígena Nepr , quando entrevistada com idade de 85 anos (2004), relata que teve seus nove filhos sozinha em casa. Ela conta que ganhava seus filhos na posi o de cócoras, “a gente tem o remédio<sup>22</sup> n , pra gente tomar, pra gente ter n , daí nunca fui por a ”<sup>23</sup>. Esse mesmo remédio   também citado por outras mulheres da T.I Xapecó e são utilizados para auxiliar no parto, o que tornaria o parto mais rápido e mais fácil. Dona Emília relata ainda o uso de outro remédio do mato no pós-parto. As práticas observadas por Mabilde no estado vizinho também fazem parte do relato de Dona Emília, quando conta que foi ela mesma quem cortou o cordão umbilical de seus filhos, sem nunca usar tesoura, usando apenas a taquara<sup>24</sup>.

Em entrevista realizada com Divaldina Luiz Jacinto, nome indígena *Krugte*, quando entrevistada com idade de 60 anos (2004) e sua filha Francisca Capanema Jacinto, de nome indígena *Vak i*, 49 anos (2004); a primeira fala da sua experiência como parteira e *Kuj *<sup>25</sup>, e ambas falam das experiências como mães. Ela relata “eu fui parteira. Agora como está

20 Ibidem. 54-58.

21 BORBA, Telemaco. *Actualidade Indigena*. Curitiba: Typ e Lytog, A Vapor Impressora Paranaense, 1908. p.12.

22 “Remédios/remédios do mato”: maneira pela qual os Kaingang se referem às ervas medicinais usadas nos mais diferentes casos e enfermidades, em chá, banhos de assento, etc.

23 PACÍFICO, Emília. *Entrevista concedida à Ana Lúcia Vulfe N tzold*, em 01/04/2004. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.

24 PACÍFICO, Op. Cit.

25 Kuj : significa curador em língua Kaingang, uma espécie de líder espiritual.



mudado eu não estou mais fazendo não. Eu tenho quatro filhos homens e duas filhas mulher, nunca fui no médico, era em casa, só em casa e nunca uma parteira veio me cuidar. Trabalhava de dia e de noite estava com o nenê nos braços”<sup>26</sup>.

A entrevistada revela ainda ter tido seus filhos na posição de cócoras, tendo a ajuda da mãe para cortar o cordão umbilical, que depois era enterrado. Segundo Divaldina, “nós fazia né, nós cavucava a terra em baixo de uma árvore uns quatro palmo e botava, pra não ficar doente a criança, de dor de umbigo né, botava cinza e folha em cima”<sup>27</sup>. Essa prática se dá pela forte ligação dos Kaingang com a terra, pois segundo seu mito de origem dela teriam nascido. Deste modo afirmam que sua terra é seu local de nascimento, onde é tradicionalmente enterrado o umbigo do recém-nascido. Quando perguntada sobre as cesarianas das moças mais novas da aldeia ela afirma que:

um par delas fizeram cesariana, sabe por quê? porque não tomam o chá. (...) Tem que ter o chá, com oito meses você tem que dar o chá. Oito meses você tem que dar uma colher, uma colherzinha assim, dá a noite pra deitar. (...) De folha de gabioba. (...) Para ter um bom parto. Você não pode dar um copão senão vai ter o nenê ali antes do tempo, então tem que ser uma colher<sup>28</sup>.

Após o parto, conta que tomava o remédio de Capim de pinhão, Kungun em língua Kaingang, para não ficar fraca e conseguir se alimentar, assim com oito dias já estava fazendo todos os afazeres domésticos. Menciona também os banhos de acento no pós-parto quando a mulher ficava fraca, inchada ou o leite do peito secava. Sobre as dietas ela fala que a mulher tem a restrição de não poder comer carne de porco e comida fria, ao contrário dos viúvos, que só devem comer comida fria durante os primeiros seis meses de luto.

Quando perguntada sobre o chá para suspensão de menstruação, pode-se perceber que ela desvia da conversa. Dona Divaldina afirma que “essas nova que não querem, querem só comprimido”<sup>29</sup>. Filha mais velha de Divaldina, Francisca Capanema Jacinto, teve 11 filhos de parto normal de cócoras, com a ajuda da mãe parteira e da avó que fez pra ela o chá que ajuda no parto. Esta compartilha das práticas ensinadas pela mãe, mas assim como ela entende que

26 JACINTO, Divaldina e JACINTO, Francisca. *Entrevista concedida à Ana Lúcia Vulfe Nötzold*, em 31/03/2004. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassette.

27 JACINTO; JACINTO. Op. Cit.

28 Idem.

29 Idem.



algumas foram caindo no desuso. Ela confirme nunca ter tomado pílula anticoncepcional, apenas o chá para suspensão e outro para engravidar<sup>30</sup>.

Maria Librantina Campos, nome indígena *Kenya*, 48 anos (2004), teve cinco filhos, de parto normal sentada em um banquinho. Segundo ela “eu sempre tinha o banquinho, quando eu tava grávida eu já tinha um banquinho separado, aquele era o banquinho do sofrimento (...) Só que agora né, as mulher hoje tem deitada (...) as meninas fazem com o médico daí”<sup>31</sup>. O banquinho a que se refere era derrubado quando o bebê estava nascendo. Maria foi cuidada por uma parteira, que em um dos partos a ajudou com o bebê ‘mal colocado’, fez “massagem na barriga, esquentava bem a mão no fogo, sempre fogo de chão né, esquentava bem a mão engraxadinha (com banha de galinha) e passava a mão na barriga (...) já ajeitava por fora, ela sentia em que lugar o nenê tinha que ficar”<sup>32</sup>. O último de seus filhos, ela conta que teve sozinha, só chamou a irmã pra cortar o cordão umbilical, que foi cortado com uma lasca de taquara bem afiada, como de costume entre os Kaingang. Depois do parto, enterrou o umbigo junto com a placenta, dentro da casa de chão batido, colocando em cima cinza e brasa acesa. A dieta era pixé e sopa de galinha nos 40 dias, junto ao resguardo. Também conta do uso do chá da flor de *soipa* ou então da casca de *soipa*, com 3 meses de gestação, para não ficar doente. Ela relata ainda que tomou remédio do mato para não ter mais filho, mas mesmo assim engravidou, então começou a usar anticoncepcional.

No mesmo período ao que se refere Maria Librantina Campos, a partir de 1973, o ginecologista e obstetra Moysés Paciornik observou as condições ginecológicas das indígenas da ‘Reserva de Chapecó’, através de visitas e exames. Suas observações são descritas em seu livro *Quem mata índio?*, publicado em 1991. Seu estudo indica que 30% das mulheres atendidas sofriam de lesões ginecológicas causadas pelos partos. Segundo ele essas lesões ou “deterioração do assoalho pélvico”, eram causadas pela adoção de costumes tidos como civilizados, dos mais comuns como, sentar em bancos e cadeiras em vez de descansar acorados; carregar crianças no colo no lugar de transportá-los nas costas, suportada por faixa de apoio frontal. E “ter filhos em partos deitadas, envergonhadas de tê-los agachadas, como suas mães e avós faziam”<sup>33</sup>.

---

30 Idem.

31 CAMPOS, Maria e MENDES, Elisabete. *Entrevista concedida à Ana Lúcia Vulfe Nötzold*, em 31/03/2004. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.

32 CAMPOS; MENDES. Op. Cit.

33 PACIORNIK, Moysés. *Quem mata índio?* Curitiba: Barddal, 1991, p. 294.





No total foram 63 indígenas examinadas, no qual a mais nova possuía dezoito anos e a mais velha tinha oitenta e nove anos. Todas elas estavam casadas. Entre elas a maioria não conhecia métodos médicos para o controle de natalidade, embora também a maioria não quisesse ter mais filhos. De acordo com Paciornik, apenas três tomavam comprimidos, uma praticava o coito interrompido e uma havia feito laqueadura. Somando todas essas mulheres houve duzentos e trinta e cinco gestações, com trinta abortos espontâneos e um bebê morreu na hora do parto<sup>34</sup>.

No que se refere às práticas de parto a fonte aponta que apenas doze mulheres tiveram seus filhos exclusivamente de cócoras, sendo todas mulheres mais velhas; dezoito delas tiveram apenas seus primeiros filhos de cócoras, os demais, tiveram deitadas; doze mulheres tiveram seus filhos exclusivamente na posição deitada e seis tiveram seus filhos em cesarianas. Pode-se observar nos dados apresentados pelo autor, a mudança nas práticas de partos tradicionais indígenas para práticas não-indígenas, com relação a isto este assim se refere “de cócoras não se usa mais na sede da reserva”<sup>35</sup>. Outras 6 idosas relatam ter tido seus filhos sentadas, fato também observado na fala de Dona Maria Librantina Campos.

Na contramão da fala de Paciornik, Maria Neusa Pereira da Silva, com 55 anos no momento da entrevista (2008), auxiliar de enfermagem no posto indígena Xaçecó na aldeia Jacu desde 1983, fala do uso exclusivo da posição de cócoras no início do seu trabalho na T.I. Menciona ainda que, era funcionária da FUNAI e chegou a ser chefe de posto durante quatro anos, substituindo seu ex-marido, saiu do posto quando aconteceu a transição da FUNAI para a FUNASA<sup>36</sup>, que a partir de então se tornou responsável pela saúde indígena. Como auxiliar de enfermagem teve uma longa experiência com partos, no segundo dia de trabalho na Terra Indígena já estava realizando seu primeiro parto no local. Ela conta que,

Eu achava bastante difícil porque eu tinha que fazer o parto de cócoras, que não era acostumada a fazer (...). Mas eu acabei me adaptando bem rápido, quando eu cheguei aqui, eu olhei puxa, aquela precariedade, acho que vou embora sabe, daí não, eu pensei já que eu vim vou encarar. (...) Nós não tinha muitas condições, era tudo improvisado, mas na época a gente tinha todas as medicações necessárias. (...) Daí a mulher que resolveu fazer o parto de cócoras eu ficava ali cuidando dela de cócoras (...) Colocava um lençol no

34 PACIORNIK, Op. Cit. p. 295.

35 Idem.

36 Em 1999 houve a transferência de recursos humanos e outros bens destinados às atividades de assistência à saúde da FUNAI para a FUNASA. Tal proposta foi regulamentada pelo Decreto n.º 3.156, de 27 de agosto de 1999, que dispõe sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas, e pela Medida Provisória nº 1.911-8/99, que trata da organização da Presidência da República e dos Ministérios. E por fim pela Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que estabeleceu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS.



chão, não tinha meio de esterilizar, não tinha nada esterilizado, no hospital era tudo esterilizado, eu não tinha máscara, não tinha gorro, não tinha nada. (...) Luva nos tinha (...) Na época que eu fazia parto o médico de Xanxerê disse: ‘Como você consegue fazer tanto parto?’ Eu disse: ‘Doutor, eu não faço parto, eu pego os bebê’. Eu achei bastante diferente da branca, porque eu fazia partos no hospital, tinha noite que eu fazia até cinco partos no hospital, sozinha, sem médico. Eu fazia episiotomia<sup>37</sup>, eu fazia tudo, aqui as índias nunca precisaram fazer episiotomia. (...) A branca tem um trabalho de parto bem prolongado, leva até vinte quatro horas, a índia não, a índia chega e fala: ‘to com uma dorzinha’, a gente vai examinar ela, daí quinze, vinte minutos o bebê nasce<sup>38</sup>.

Ela menciona ainda, que já fazia um tempo que todas as mulheres iam ter seus filhos no hospital, que o último parto realizado ali já fazia um ano. Contou ainda que achava as indígenas mais fortes, pois desde que começou a trabalhar no local observava que algumas faziam o pré-natal e outras não, mas o parto sempre corria bem. Segundo ela na época em que a FUNAI era a responsável pela saúde indígena havia menos burocracia para conseguir os recursos<sup>39</sup>.

Também da área da saúde, a técnica de enfermagem Elisabete Mendes, nome indígena Fagvetũ, na data da entrevista com 27 anos, filha da também entrevistada Maria Librantina Campos, menciona que fazia pré-natal com um médico que vinha atender na T.I, mas que ele sem nenhum motivo específico e sem lhe explicar o porquê, disse que ela faria cesárea. Por querer que fosse parto normal ela parou de fazer o acompanhamento médico, só foi ao hospital no dia do parto e teve o bebê de parto normal, deitada. Conta ainda que foi para o hospital de noite, assim não conseguiu tomar o chá, que ajudaria no parto<sup>40</sup>.

Nas fontes analisadas, são narradas diferentes práticas tradicionais, algumas mesmo tendo a mesma finalidade, tem diferentes procedimentos. Identificou-se também a tendência a aderência das práticas médicas, ainda que não totalmente abandonadas algumas práticas tradicionais Kaingang caíram no desuso. Deste modo é preciso compreender essas mulheres como agentes inseridas dentro de determinados espaços de tempo, já que a etnicidade não é imutável, mas um conjunto de traços culturais, que provocam ações e reações entre o grupo e sua relação com outros<sup>41</sup>.

37 Incisão do orifício vulvar para fins obstétricos.

38 SILVA, Maria. *Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi*, em 29/07/2008. Terra Indígena Xaçecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.

39 SILVA, Op. Cit.

40 CAMPOS; MENDES. Op. Cit.

41 STREIFF-FENART, Jocelyne; POUTIGNAT, Philippe; BARTH, Fredrik. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Unesp, 1998.



## Considerações finais

O debate sobre práticas de parto tradicionais é importantíssimo em um contexto em que se questiona o número excessivo de cesarianas no país, devido a um modelo de atenção extremamente medicalizado e mercadológico, onde muitas vezes o procedimento é uma imposição médica, que não se baseia em uma necessidade propriamente dita. Neste contexto, também vem sendo nomeada a violência obstétrica como tal, pelas intervenções excessivas e procedimentos não recomendados pela Organização Mundial da Saúde, como a obrigatoriedade de permanecer na posição deitada de costas durante o parto e o uso indiscriminado da episiotomia. Não estando as mulheres indígenas excluídas desta lógica, já que muitas estão tendo seus filhos em hospitais da rede pública de saúde. O que se questiona aqui, obviamente, não é a assistência necessária e adequada no período de gestação, parto e pós-parto, mas a ausência de respeito à autonomia feminina e a diversidade cultural.

É importante salientar que são escassos estudos sobre os remédios do mato e outros métodos tradicionais Kaingang presentes nos períodos de gestação, parto e pós-parto, necessitando de um maior aprofundamento no assunto. As fontes a este respeito também esbarram na questão de que muitos conhecimentos não podem ser revelados pelos *Kujã*, respeitando os seus guias espirituais, a quem devem a preservação dos saberes indígenas. Sendo assim, também é necessário o respeito do pesquisador, quanto ao que não pode ser revelado, ou seja, o respeito à cosmovisão e religiosidade indígena.

Há relativamente poucas fontes historiográficas e etnográficas a quanto às práticas abertamente citadas pelos indígenas. O que exige outros métodos de pesquisa, como a história oral e levantamentos de dados; sendo a primeira utilizada neste trabalho como fonte principal. Atualmente no LABHIN através do projeto do Observatório da Educação/OBEDUC “Ensino, saberes e tradição: elementos a compartilhar nas escolas da Terra Indígena Xapecó/SC” estão sendo aplicados questionários, por intermédio do instrumento 02 de 2015.2, este pretende levantar dados acerca das práticas tradicionais na T.I Xapecó, incluindo as relativas à gestação, parto e pós parto. Tal pesquisa será publicada doravante, junto de novas entrevistas feitas com mulheres indígenas e profissionais da área da saúde.

## Referências



BORBA, Telemaco. *Atualidade Indígena*. Curitiba: Typ e Lytog, A Vapor Impressora Paranaense, 1908.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. In NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012. P.37-65.

COELHO, Clair Castilhos. A Saúde da Mulher em Tempos de Neoliberalismo. In: *5º Curso de Curta Duração em Gênero e Feminismo*. Florianópolis: UFSC, 2015. (Comunicação oral).

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul: 1836-1866*. São Paulo: IBRASA: [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

PACIORNIK, Moysés. *Quem mata índio?* Curitiba: Barddal, 1991.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A história do extermínio. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil*. Florianópolis: Edeme, 1973. p. 54-115.

STREIFF-FENART, Jocelyne; POUTIGNAT, Philippe; BARTH, Fredrik. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Unesp, 1998.

TOMMASINO, Kimiye; FERNANDES, Ricardo Cid. *Kaingang*. 2001. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang> Acesso em: 20 out. 2015.

## Fontes

CAMPOS, Maria e MENDES, Elisabete. *Entrevista concedida a Ana Lúcia Vulfe Nötzold*, em 31/03/2004. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.

JACINTO, Divaldina e JACINTO, Francisca. *Entrevista concedida a Ana Lúcia Vulfe Nötzold*, em 31/03/2004. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.

PACÍFICO, Emília. *Entrevista concedida a Ana Lúcia Vulfe Nötzold*, em 01/04/2004. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.

SILVA, Maria. *Entrevista concedida a Ninarosa Mozzato da Silva Manfroí*, em 29/07/2008. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.



Recebido em 03 de novembro de 2015

Aceito para a publicação em 26 de janeiro de 2017

